



# ENTRE OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE: O LUGAR DO CONHECIMENTO HISTÓRICO-ECLESIAÍSTICO

David Winter<sup>1\*</sup>

## I. INTRODUÇÃO

Início a temática acima descrevendo uma situação pedagógica ocorrida em sala de aula na disciplina de História Eclesiástica, na Faculdade Batista Pioneira de Ijuí, RS. Após indicar aos alunos a leitura de bibliografia que versava sobre a Reforma de Martinho Lutero, pertencente a múltiplas correntes de interpretação histórica, fui por eles indagado sobre a confiabilidade da história escrita. Tudo se deu pelo caráter conflitante que assumiu quando surgiram vários “Martinhos Luteros”. Para um, ele tinha interesses genuínos e meramente espirituais, para outros, estava de comum acordo com os príncipes que buscavam um rompimento com a Igreja Católica a fim de aumentar sua prática comercial e capitalista. De um lado, o movimento é nomeado de “Reforma”, do outro, qualificado como “cisma”. Lutero é descrito como discípulo do escolasticismo, iluminista ou humanista, termos que não possuem grande homogeneidade. É lhe atribuída tanto a responsabilidade pela desunião da igreja oficial como por grandes contribuições para a liberdade humana universal. Viam em Lutero uma crise psicossocial e fundamental de identidade, afinal de contas, é sua ou não a culpa por mortes na revolta dos camponeses? Teve uma experiência com Deus em meio a uma tempestade ou, já beirando uma afirmação na qual sobra escárnio e falta polidez, na privada após uma ingestão gigantesca de laxativo teológico? Temos um Lutero reformador, grande líder, humanista, herege, libertador, cria do demônio, cismático, amaldiçoado e tumultuador que desgraçou a unidade da Igreja Católica.<sup>2</sup>

Disso resultam vários questionamentos: qual deles é o verdadeiro

---

1 \* David Winter é especialista em Teologia Pastoral pela Faculdade Batista do Paraná; licenciado em História e mestrando em Educação nas Ciências pela UNIJUI e professor das disciplinas históricas da Faculdade Batista Pioneira em Ijuí, RS.

2 Carter LINDBERG. *As Reformas na Europa*. São Leopoldo: editora Sinodal, 2001, p.28-36.

e como encontrá-lo? Como realizar a construção ou a desconstrução de histórias sobre Martinho Lutero? Como eu ensino essa história em sala de aula? O meu papel como professor de história eclesiástica é o de um mero repetidor dos fatos históricos tal como ocorridos ou existe um lugar para o juízo histórico? Para responder a essas inquietações, que possivelmente possam surgir diante de outros professores e estudantes de história eclesiástica, invoca-se uma escola histórica que já atravessou esse pântano de indagações metodológicas. Trata-se da escola Positivista ou metódica que, embora surgissem mais escolas históricas após ela, foi a que lançou a base para que as outras pudessem aprimorar suas metodologias.

## II. POR UMA HISTÓRIA DO POSITIVISMO

É na Alemanha que surge uma escola científica, representada por Leopold Ranke, cuja pretensão se apresenta na afirmação de que era necessário narrar os fatos como eles realmente se passaram.<sup>3</sup> Utilizam a crítica histórica, método erudito desenvolvido na França nos séculos XVI e XVII. Como resultado, mais tarde surge o positivismo histórico ou a escola metódica, que escreve a história como uma sucessão de fatos isolados, destacando os feitos políticos de grandes heróis, os problemas dinásticos, as batalhas, os tratados diplomáticos. No entanto, não havia preocupação na interpretação dos fatos, papel relegado à sociologia. Eles eram narrados de forma puramente mecânica e numa relação determinista de causas e consequências.<sup>4</sup>

Sua concepção filosófica, embora sempre aspirando a um afastamento dela, pode ser enunciada da seguinte maneira: “considerava que a história era conduzida pelas ideias e que o historiador deveria descobrir as forças espirituais de que a história era a realização”.<sup>5</sup> Carregava lampejos das ideias de Hegel, embora quisesse romper definitivamente com a filosofia e seu elemento especulativo. Era na objetividade do método histórico de crítica das fontes que residiam suas principais asseverações metodológicas.

A história, para Ranke, era o local onde o espírito governava, manifestado no indivíduo e por ele constituído. Essas individualidades

3 José Carlos REIS. *A História entre a Filosofia e a Ciência*. Belo Horizonte: Autêntica 2004, p. 16.

4 Vavy Pacheco BORGES. *Que é História?* 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense 1981, p.23-30.

5 Adam SCHAFF. *História e Verdade*. São Paulo: Martins fontes, 1995, p.16.

possuíam estrutura interna e sentido que não poderiam ser aplicados a outros elementos como fatos ou eventos históricos, pois suas características eram pessoais e particulares. Eis o grande motivo pelo qual o sujeito, que é o historiador, deve se concentrar no objeto, que são os eventos, expressões máximas dessas individualidades. Eis, portanto, sua função de historiador: reconstituir os eventos, descrever como se conectam entre eles e com o todo, captando suas tendências, elaborando a narrativa histórica estritamente por meio da documentação. Essas expressões seriam possivelmente encontradas no Estado e em seu fazer rotineiro, limitando a história à base documental oficial escrita das realizações políticas e concomitantemente religiosas, já que estas eram assunto de Estado.<sup>6</sup>

Imaginavam que, para ter uma história realmente objetiva, os fatos históricos deveriam ser os mesmos para todos os historiadores que procurassem ser objetivos e neutros em sua narração e descrição para poder chegar a resultados legítimos. Outras obras propuseram também que o trabalho da história seria sintetizar e levantar uma hipótese sobre os dados que foram levantados para criar uma totalidade e assim realizar uma reconstrução objetiva, de forma que estar na outra face seria cair em um relativismo em que cada historiador teria sua própria história, sua verdade particular.

Segundo Adam Schaff, as ideias positivistas de Ranke estavam fundamentadas em três premissas. Na primeira consta que, entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento, não existe qualquer interdependência. A história existiria objetivamente tanto no sentido ontológico como de maneira determinada e completa. A segunda premissa classifica a relação cognitiva nos moldes mecanicistas, na qual há uma aceitação passiva, meramente contemplativa baseada na teoria do reflexo. E a terceira se refere ao historiador como alguém que, na situação de sujeito que conhece, pode praticar a imparcialidade abstendo-se das muitas emoções, medos ou preferências no momento de descrever os acontecimentos históricos. Também seria capaz de renunciar a todo e qualquer condicionamento social que pudesse afetar sua percepção de tais acontecimentos.<sup>7</sup>

Como resultado dessas premissas, temos que, ao agrupar uma quantidade de fatos alicerçados em farta documentação, surge automaticamente a ciência histórica, que rejeita toda e qualquer reflexão teórica e filosófica em virtude de suas especulações serem vistas como prejudiciais. Consequentemente, a história foi considerada por muito tempo

---

6 Adam SCHAFF. Op. Cit., pp.16-19.

7 Adam SCHAFF. *História e Verdade*. São Paulo: Martins fontes 1995, p.102.

como um armazém no qual se conserva a memória social para que sejam guardados os sucessos importantes da sociedade – política, economia, religião – como um conjunto de fatos que ensinam e servem de exemplo.<sup>8</sup>

### III. LIMITES E POSSIBILIDADES DA OBJETIVIDADE

O Positivismo, como modelo histórico, propõe a objetividade do conhecimento histórico. No entanto, seria isso possível? Quais os limites para que tal objetividade seja alcançada? Como alcançá-la? Como entender essa busca pela objetividade histórica? A essas questões é aberta uma discussão para observar qual seria o lugar da objetividade do conhecimento histórico hoje em sala de aula.

A objetividade supõe, de início, a existência do sujeito que coexiste com o objeto, fato já bem observado por Ortega:

*Se existe sujeito existe inseparavelmente objeto e vice-versa. Se existo eu que penso, existe o mundo em que penso. Portanto: a verdade fundamental é a existência de mim com o mundo. Existir é primordialmente coexistir – é ver eu alguma coisa que não sou eu, amar a outro ser, sofrer eu das coisas.*<sup>9</sup>

E é nessa dualidade que subsiste o problema e o grande alvo do positivismo. É em meio ao embate que se dá no mundo da percepção do objeto pelo sujeito, onde o primeiro seria a parte extática, inerte, e o segundo aquele que, fazendo morrer suas preferências em sua constituição de ser pensante, faria a apreensão do objeto fazendo-lhe a narrativa. Aqui o sujeito precisa se aproximar do objeto como objeto, abandonando certas qualidades de sujeito. Portanto, objetivo é sinônimo de, nas palavras de Freud, “tudo aquilo que é reconhecido pela universalidade dos sujeitos, acima de seus desejos e opiniões”; para Kant “é algo válido para qualquer um que esteja no uso da razão, das coisas que concebemos muito claras e muito distintamente”.<sup>10</sup>

Ou ainda, como entende Adam Schaff, referindo-se à objetividade da verdade histórica:

1) É ‘objetivo’ o que vem do objeto, ou seja, o que existe

8 Adam SCHAFF, op. cit., p. 103.

9 Arno WEHLING. *Os Níveis da Objetividade Histórica*. Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística 1974, p. 6.

10 Arno WEHLING, op.cit., p. 7.

fora e independentemente do espírito que conhece; portanto, é ‘objetivo’ o conhecimento que reflete (numa acepção particular dessa palavra) este objeto;

2) é ‘objetivo’ o que é cognitivamente válido para todos os indivíduos;

3) é objetivo o que está isento de afetividade e, portanto, de parcialidade.<sup>11</sup>

As questões levantadas nessa definição dada por Adam são pertinentes por ampliarem a discussão sobre a objetividade. Uma delas encontra-se na afirmação de independência do objeto sobre o espírito que conhece, pois expressa a necessidade do indivíduo de apreender o objeto que está fora dele, de observar seu reflexo. Aqui não cabe uma interpretação mecanicista do processo do conhecimento na relação sujeito-objeto, ou seja, um tratamento passivo do primeiro termo sobre o outro. Pelo contrário, o espírito consciente está ativo no processo do conhecimento histórico, e mesmo que se pretenda a objetividade, sempre haverá uma parcela, dependendo do caso maior ou menor, de subjetividade. Disso depende a humanidade do conhecimento histórico resultante, pois do contrário ele seria classificado como a-humano ou sobre-humano. Não há como eliminar o ser humano e, por isso, pensante do processo do conhecimento histórico. Há então uma necessidade de se entender o lugar dele nesse processo, pois é somente dessa forma que se pode dominar o vetor subjetivo do conhecimento. Daí resulta que, quanto mais pudermos delinear o que de fato o sujeito está contribuindo no conhecimento do objeto, mais próximo chegamos da verdadeira existência do objeto. Paul Ricouer demonstra essas nuances afirmando:

*Quanto mais conscientes estamos da ordem que reside no nosso método de observação, tanto mais estamos em condições de apresentar claramente qualquer ordem existente no mundo exterior. A precisão a que podemos pretender é acessível apenas na condição de tomar consciência do papel de observador apreendido como elemento do processo de observação não abstraindo desse observador, mas incluindo-o no cálculo. Mesmo em física é preciso tomar em consideração o fato de que a coisa medida é alterada pelo instrumento de medida, e vice-versa. Não há maior obstáculo no caminho que leva à*

*objetividade que a confusão da 'subjetividade' com o fato de ter em conta a posição do observador.<sup>12</sup>*

Contudo, é importante ressaltar que o fato de o historiador fazer parte da história que pretende não desmerece a objetividade da verdade histórica. Isso se dá porque não se trabalha com uma definição ilusória e infantil de objetividade, mas ela própria reserva um lugar para a subjetividade inerente ao próprio historiador como fazedor do conhecimento objetivo. A questão é que em tal relação não haja uma deformação do conhecimento histórico em virtude de interesses próprios ou parcialidades. Com isso se chega então ao postulado de que a objetividade “é a distância entre a boa e a má subjetividade, e não a eliminação total da subjetividade”.<sup>13</sup> É mais uma questão de ética do que de lógica.

Talvez o sentido de objetividade que enunciou o Positivismo Histórico não seria então estritamente o mesmo de que falam as ciências exatas, pois, dessa forma, os resultados produzidos por um historiador seriam alcançados de forma idêntica por outros espíritos historiadores que partiram das mesmas fontes documentais das quais foram coletados seus testemunhos.<sup>14</sup> A verdade é que o conhecimento a que chegam os historiadores que partilham da mesma base documental não pode ser nem totalmente idêntico e nem totalmente diferente, pois tanto uma objetividade pura é impossível quanto é recusável a total subjetividade.

Daí resulta a inserção do termo “relativo” junto à definição de conhecimento histórico objetivo. A relativização decorre do fato das escolhas que o historiador é obrigado a fazer. Sobre isso comenta J.H. Randall:

O historiador deve fazer uma escolha. Na infinita variedade das referências que descobrem os acontecimentos passados, deve escolher aquelas que são importantes ou fundamentais para sua história particular. Se essa escolha não se deve basear unicamente no que lhe parece importante; se não deve ser ‘subjetiva’ e ‘arbitrária’, é preciso que tenha um núcleo ‘objetivo’ em uma tarefa qualquer, no que o historiador considera como imposto aos homens, numa coisa que deve ser realizada. A história do que é importante e significativo para essa coisa... será então perfeitamente ‘objetiva’, na medida em que nunca teria podido ser objetiva a simples

---

12 Paul RICOUER in Adam SCHAFF. *História e Verdade*. São Paulo: Martins fontes 1995, p. 281.

13 Adam SCHAFF. *História e Verdade*. São Paulo: Martins fontes 1995, p. 282.

14 W.H. WALSH. *Introducción a La Filosofía de La Historia*. México: Siglo Veintiuno Editores 1968, p. 114.

relação de ‘fatos’ arbitrariamente escolhidos.

*Tal é o ‘relativismo objetivo’ característico do saber histórico, como de todos os tipos de saber. O saber é ‘objetivo’ em um único contexto definido: é sempre o conhecimento da estrutura e das relações essenciais nesse contexto.<sup>15</sup>*

A definição do termo “objetivo” apresentada anteriormente acabou por se tornar limitada, exatamente para representar bem a ideia do positivismo histórico. Por objetiva entende uma história alienada dos valores, embora reconheça que nem todas o são. Por isso o importante, para os historiadores positivistas, não é perguntar se a história é ou não objetiva, mas o que torna a história objetiva, ou ainda sobre a espécie de objetividade que se pode esperar de um historiador. Então se chega a termos como *correta* e *não-tendenciosa*, embora não necessariamente tenha de chegar ao termo *verdadeira*. Isso significa que pode ser objetivo e falso ao mesmo tempo. O termo não quer expressar a ideia de que o resultado final da pesquisa histórica não esteja permeado de juízos de valor ou ainda de juízos sobre os quais o autor discorde. Max Fisch descreve esse dilema da seguinte forma:

*O historiador não é censurado por louvar ou criticar, nem aplaudido por não fazer qualquer dessas coisas, mas é censurado se juízos de valor apriorísticos o cegam para a evidência contrária, e aplaudido se a escolha e o tratamento da evidência se fazem de maneira claramente livre do desejo de referendar juízos formulados anteriormente à pesquisa...O historiador da arte é um crítico da arte, o historiador da ciência é um crítico da ciência e, de modo semelhante, o historiador das instituições econômicas, sociais e políticas é um crítico dessas instituições. Objetividade não equivale à ausência de crítica, mas à submissão completa à crítica posterior, lealdade integral, tudo expondo a julgamento.<sup>16</sup>*

Talvez seja necessário apontar até onde vão os limites de uma possível classificação como verdade objetiva para o resultado a que chegou o historiador em seu trabalho. Isso seria, em outras palavras, e

---

15 J. H. RANDALL in Adam SCHAFF. *História e Verdade*. São Paulo: Martins fontes 1995, p. 301.

16 William H. DRAY. *Filosofia da História*. Rio de Janeiro: Zahar Editores 1969, p. 61.

particularmente nas expressões sempre repetidas de Ranke, recompor o passado como foi. Para alguns a História não é objetiva por vários motivos claros e pontuais: porque seu objeto de pesquisa não é observável como o objeto da química o é; porque a documentação que retrata o passado existe em forma fragmentada; porque o historiador precisa selecionar, acomodar e relatar os resultados; porque acaba por estruturando o conhecimento do passado em torno de interesses éticos e estéticos e para tudo isso é impossível manter um espírito neutro. No entanto, essas considerações realmente comprovariam que a história não pode ser considerada como objetiva, mas por causa de certo relativismo, acaba por se tornar não-objetiva?

O problema maior surge porque está em voga a discussão sobre questões éticas e estéticas, já que é primordial que o historiador enuncie seus juízos de valor ao realizar sua pesquisa e a narrativa histórica. A questão é se o historiador consegue suprimir a equação pessoal, pois embora realize um esforço sem precedentes no sentido de livrar-se de si mesmo, permanecerá humano, advindo de certo lugar, tempo, circunstâncias, interesses, predileções, religião e cultura.

#### IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história ao longo do tempo, e aqui em especial a história eclesiástica, tem sido tanto explorada como espriada ideologicamente, e esse foi o principal obstáculo para consolidar-se como ciência. É por essa razão que se fala de uma dupla função da história na qual o homem, como semovente, compreende a sociedade do passado e incrementa seu domínio no presente. Sua função social então foi mais organizar o passado em função do presente do que julgar tais fatos a fim de elaborar a história, ainda que não se devam confundir os motivos ideológicos ou políticos da investigação e de sua utilização ou valor crítico. Para obter proveito do discurso histórico, os historiadores construíram suas próprias regras, nas quais supõem que os sucessos são repetidos e, portanto, estudando o passado, o presente torna-se mais inteligível. Entretanto, com isso se chega ao ponto em que a validade é independente de quem faz o relato, sem perguntar se o conceito de utilidade seria indiferente ao da legitimidade, ou seja, é válido porque é útil ou é válido porque é legítimo?

Em suma, sem a historiografia, que é a forma de conhecer o trabalho e os erros dos que vieram antes e sem conhecer o que já se produziu em uma área específica de estudos, dificilmente o professor de história eclesiástica poderá elaborar uma reflexão crítica. Resulta então

que não pode se furtar de trabalhar com historiografia em seu dia-a-dia, escolhendo livros de apoio, e precisa refletir sobre as escolas históricas e o fazer histórico, a fim de compreender a própria disciplina. Sem isso, o professor fica à mercê de todas as ideias, sem saber para onde guiar seus alunos. Então a questão não seria mais “qual dos Luteros é o verdadeiro”, mas “como as diferentes concepções sobre o reformador luterano, tanto as objetivas como as subjetivas, trabalham em conjunto para que finalmente o Lutero histórico apareça”.